

2022-07-15

## Memórias sobre formação dos Movimentos Sociais do Sul da Bahia, Brasil: a importância da educação na construção de sujeitos políticos e projetos futuros

Marcella Gomez Pereira

*Universidade do Estado da Bahia*, pereira.gomez@hotmail.com

Emerson Antônio Rocha Melo de Lucena

*Universidade Estadual de Santa Cruz*, lucenaemerson@yahoo.com.br

Felipe Eduardo Ferreira Marta

*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*, fefmarta@uesc.br

Edson Silva de Farias

*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*, nilossed@gmail.com

Follow this and additional works at: <https://ciencia.lasalle.edu.co/ap>

---

### Citación recomendada

Gomez Pereira, M., E.A. Rocha Melo de Lucena, F.E. Ferreira Marta, y E.Silva de Farias. (2022). Memórias sobre formação dos Movimentos Sociais do Sul da Bahia, Brasil: a importância da educação na construção de sujeitos políticos e projetos futuros. *Actualidades Pedagógicas*, (78),. doi:<https://doi.org/10.19052/ap.vol1.iss78.5>

This Artículo de investigación is brought to you for free and open access by the Revistas científicas at Ciencia Unisalle. It has been accepted for inclusion in Actualidades Pedagógicas by an authorized editor of Ciencia Unisalle. For more information, please contact [ciencia@lasalle.edu.co](mailto:ciencia@lasalle.edu.co).

# Memórias sobre formação dos Movimentos Sociais do Sul da Bahia, Brasil: a importância da educação na construção de sujeitos políticos e projetos futuros\*

*Marcella Gomez Pereira*

Universidade do Estado da Bahia.

[pereira.gomez@hotmail.com](mailto:pereira.gomez@hotmail.com)  <http://orcid.org/0000-0002-2228-3481>

*Emerson Antônio Rocha Melo de Lucena*

Universidade Estadual de Santa Cruz.

[lucenaemerson@yahoo.com.br](mailto:lucenaemerson@yahoo.com.br)  <https://orcid.org/0000-0002-3486-9770>

*Felipe Eduardo Ferreira Marta*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - Vitória da Conquista).

[fefmarta@uesc.br](mailto:fefmarta@uesc.br)  <https://orcid.org/0000-0002-0501-4298>

*Edson Silva de Farias*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

[nilossed@gmail.com](mailto:nilossed@gmail.com)  <https://orcid.org/0000-0002-9406-3269>



*Resumo:* As memórias são atributos naturais das atividades coletivas e espontâneas, que dialogam na construção das identidades. As lembranças que atuam na construção da identidade dos movimentos sociais são um processo de repetição acompanhado de diferenças. Estes movimentos têm empregado esforços na elaboração de projetos pedagógicos que têm como objetivo a construção de uma identidade política e social de seus colaboradores através de uma educação libertária. Neste contexto, utilizando a História Oral como metodologia de pesquisa, o artigo visa analisar as memórias da construção do processo educacional implementado nos assentamentos de reforma agrária, as correntes teóricas utilizadas e a eficiência deste processo na formação de camponeses jovens e adultos.

*Palavras chave:* Memória, educação, movimentos sociais, Sul da Bahia.

Recibido: 10 de diciembre de 2020

Aprobado: 17 de mayo de 2021

Publicación final: 20 de diciembre de 2021

---

Cómo citar este artículo: Gomez Pereira, M., Rocha Melo de Lucena, E. A., Ferreira Marta, F. E., & Silva de Farias, E. (2021). Memórias sobre formação dos Movimentos Sociais do Sul da Bahia, Brasil: a importância da educação na construção de sujeitos políticos e projetos futuros, *Actualidades Pedagógicas*, (78), e1504. <https://doi.org/10.19052/ap.vol1.iss78.5>

---

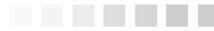
\* Artículo de investigación.



*Memorias sobre la formación de los movimientos sociales en el sur de Bahía, Brasil: la importancia de la educación en la construcción de los sujetos políticos y los proyectos de futuro*

**Resumen:** Los recuerdos son atributos naturales de las actividades colectivas y espontáneas, que dialogan en la construcción de las identidades. Los recuerdos que actúan en la construcción de la identidad de los movimientos sociales, son un proceso de repetición acompañado de diferencias. Estos movimientos han empleado esfuerzos en la elaboración de proyectos pedagógicos que tienen como objetivo la construcción de una identidad política y social de sus colaboradores a través de una educación libertaria. En ese contexto, utilizando la historia oral como metodología de investigación, el artículo pretende analizar las memorias sobre la construcción del proceso educativo implementado en los asentamientos de la reforma agraria, las corrientes teóricas utilizadas y la eficiencia de este proceso en la formación de los campesinos jóvenes y adultos.

**Palabras clave:** Memoria, educación, movimientos sociales, sur de Bahía.



*Memoirs on the Formation of Social Movements in Southern Bahia, Brazil: the Importance of Education in the Construction of Political Subjects and Future Projects*

**Abstract:** Memories are natural attributes of collective and spontaneous activities, which dialogue in the construction of identities. The memories that act in constructing the identity of the social movements are a process of repetition accompanied by differences. These movements have employed efforts in elaborating pedagogical projects that aim at constructing a political and social identity of their collaborators through a libertarian/liberator education. In this context, using Oral History as a research methodology, the article aims to analyze the memories of the construction of the educational process implemented in the agrarian reform settlements, the theoretical currents used, and the efficiency of this process in the formation of peasant youths and adults.

**Keywords:** Memory, education, social movements, South Bahia.

## Introdução

Memórias são atributos naturais de atividades coletivas e espontâneas, que dialogam na construção de identidades e, portanto, estão associadas a contextos sociais, em particular a lutas políticas (Ribeiro, 2005). Para Pereira e Flexor (2010), a percepção da memória como uma realidade fundamentalmente positiva e indispensável, necessita ter um caráter imperativo ético e político. Para tanto, as memórias tendem a estabelecer práticas e saberes constituídos pelos grupos humanos em seus espaços, caracterizando formas similares ao rizoma<sup>1</sup>.

Para Delgado (2017) a memória é suporte vital das identidades reveladoras da pluralidade inata à vida humana, contudo, como suporte da identidade, a memória não é sinônimo de conservação, mas reordenamento e reconstrução das lembranças. A memória humana é conflitiva e também uma arte da narração que envolve a identidade do sujeito (Candau, 2016).

As memórias são o principal motor das narrativas, e isso atribui aos sujeitos uma identidade dentro do contexto coletivo do qual participam. Destacar a importância da coletividade na construção dessa identidade, e analisar as narrativas com o objetivo de compreender como essas construções se estabelecem e se desenvolvem, permite que cada narrativa seja analisada de acordo com as particularidades de cada localidade, contribuindo na apresentação de realidades silenciadas em documentos oficiais devido a classe social ou posição política dos sujeitos envolvidos.

Zacchi (2016) afirma que há um trabalho de memória que atua na construção da identidade do Movimento Sem Terra e que essa memória não permanece indefinidamente, todavia, mas é um processo de repetição acompanhado de diferenças. Nesse contexto, os movimentos sociais de Luta pela Terra têm empregado esforços na elaboração de Projetos Pedagógicos que objetivam a construção de uma identidade política e social de seus colaboradores através de uma educação libertária/libertadora.

---

<sup>1</sup> Para Deleuze, o rizoma refere-se à inter-relação dos conceitos e modelos de como os acontecimentos são realizados, livres em seu tempo e espaço.

A necessidade de um projeto futuro, promoveu a organização de uma matriz pedagógica cuja concepção de educação e escola deveria formar sujeitos de atuação política, da materialidade dos processos de trabalho e da luta social no campo, à um projeto de país e sociedade (Caldart, 2013). Diante dessa perspectiva, os movimentos sociais de Luta pela Terra utilizam suas memórias sobre as ocupações de terras e da luta pela reforma agrária, como ferramenta de empoderamento camponês através da educação.

Expressão dos limites e contradições da sociedade contemporânea, os movimentos sociais atuam como instituições educacionais para seus integrantes, já que questionam as estruturas sociais e a educação oferecida por ela (Dalmagro, 2016). Mudar a educação é transformar a realidade social, promovendo o debate e a politização de cada sujeito, que necessitará da contribuição de uma pedagogia histórico crítica, que promova a práxis da existência humana e contribua para a construção de um projeto futuro de novas formas de vida.

A educação é um direito universal, porém para os alunos do campo não tem sido uma prioridade governamental, o que a torna um direito abstrato e não concreto; a estrutura formal da escola não é uma possibilidade concreta no campo e quando essa possibilidade é viável, a mesma não atende todas as demandas, promovendo o atraso da educação no campo (Suzart et al., 2012; Silva et al., 2012). Porém, cabe aqui diferenciá-la de uma escolarização rural, que se limita a uma demanda geográfica; enquanto a educação do campo deve ser pensada como emancipatória, capaz de considerar as cosmovisões do trabalho campesino e representar as matrizes culturais.

No Sul da Bahia os movimentos sociais têm construído uma história de lutas por acesso a terra, e a educação é a base para a transformação social, política, cultural e econômica em qualquer nação ou região. A reorganização da estrutura pedagógica, com o objetivo de formar sujeitos conscientes dos papéis que desempenham no processo de construção dessa luta; a proposição de um novo modelo de futuro e a validação dos conhecimentos camponês como ferramenta capaz de transformar as realidades locais, sempre será o desafio de uma educação voltada as necessidades e particularidades dos sujeitos que vivem no e do campo.

Organizados frente aos problemas econômicos gerados pela praga agrícola denominada “vassoura de bruxa”, a mão de obra trabalhadora desempregada e inserida num contexto de instabilidade econômica, política e social, o “batalhão de reserva”, permaneceu na região e fortaleceu as lutas

pela reforma agrária (Cullen et al., 2005). Desse modo, as demandas por uma educação diferenciada exigiram que o processo ensino-aprendizado priorizasse o processo fundamental da humanização; a construção da natureza humana; o desenvolvimento social e a articulação entre os diferentes saberes.

Sujeitos silenciados por sua condição social e posicionamento político tiveram, durante o desenvolvimento desta pesquisa, um espaço para apresentar suas versões acerca da história da organização dos movimentos sociais no Sul da Bahia, e a importância da educação do campo na manutenção desses movimentos. Associamos as narrativas dos colaboradores a referenciais teóricos bibliográficos, tendo em vista apresentar um conteúdo sólido, capaz de redefinir aspectos relacionados a construção social, política e econômica dos assentamentos sul baianos.

Nesse contexto propôs-se analisar as narrativas de quatro colaboradores ligados a movimentos sociais que desenvolvem atividades no Sul da Bahia, microrregião Ilhéus-Itabuna. As narrativas são entrevistas semiestruturadas organizadas após pesquisas preliminares acerca da conjuntura política, social, econômica e cultural que envolvem os movimentos sociais sul baianos, neste caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-BA) e associações dissidentes deste e outros movimento sociais de Luta pela Terra.

Utilizando a História Oral como metodologia de pesquisa, o artigo tem como objetivo analisar as memórias sobre a construção do processo educativo implementado nos assentamentos de reforma agrária, as correntes teóricas utilizadas e a eficiência desse processo na formação de jovens e adultos camponeses. Dividido em três partes, o presente trabalho apresenta a importância da História Oral na pesquisa de campo; as contribuições da memória na construção de um novo modelo pedagógico que fortaleça a identidade dos movimentos sociais de Luta pela Terra e as considerações finais sobre o desenvolvimento da pesquisa.

## **Usos da História Oral na pesquisa de campo: narrativas de assentamentos**

A História Oral como processo metodológico, privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram do processo histórico ou testemunharam acontecimentos. Contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências

humanas, e apresenta como potencialidade recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, nacionais; possibilitando a construção de evidências via entrecruzamento de depoimentos (Delgado, 2017).

Ao utilizar essa metodologia de pesquisa, foi possível analisar as narrativas sobre as identidades locais; conflitos gerados pelas disputas de terras; a necessidade de educar para transformação e avaliar que, mesmo diferentes<sup>2</sup>, os movimentos sociais implementam uma abordagem metodológica de ensino-aprendizado semelhante, que permite ao educando construir uma base crítica sobre a luta pela reforma agrária e seus desdobramentos políticos.

A exploração das histórias de vida nessa pesquisa ajuda a reconhecer e valorizar experiências que foram silenciadas, essas histórias contribuem para divulgar experiências vividas pelos indivíduos e pelo coletivo. A memória passa a ser invocada para subverter afirmações da história ortodoxa; estudos históricos aceitos e ideologias culturais dominantes (Thomson et al., 2016).

Para Delgado (2017) a construção de fontes e documentos registrados por meio de narrativas, induzidas e estimuladas, representam as múltiplas dimensões da história e o registro sobre a história vivida. A pesquisa nas áreas de assentamento de reforma agrária, permitiu que os depoimentos revelassem um contexto diferente da produção especializada e articulada pelos memorialistas regionais.

As narrativas sobre os conflitos por acesso à terra; as ocupações das fazendas de cacau devastadas pela vassoura de bruxa e muitas vezes abandonadas pelos seus donos; a necessidade de comida e abrigo e a extinção de um modelo econômico que empregava milhares de famílias, permitiu analisar que uma parte significativa da história da região Sul da Bahia foi desconsiderada em documentos oficiais, mas tem sido recuperada pelas pesquisas de campo que envolvem as comunidades e principalmente uma escuta sensível e comprometida em registrar as vozes outrora silenciadas.

A zona do cacau representou no século 19 uma parte significativa do PIB brasileiro, no entanto, com as doenças denominadas popularmente de “vassoura de bruxa e podridão parda” a queda dos recursos monetários foi eminente (Santos, 1957). O aumento, sem precedentes, de desempregados e sem teto promoveu a organização de sindicatos e associações, que incentivaram ocupações de fazendas e distribuição de terras para assegurar a

---

<sup>2</sup> O uso do termo diferentes, não representa uma diferença política ou ideológica, mas a ruptura de alguns colaboradores com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

subsistência local. Todo esse contexto do final do século XIX e início do século XX foi transmitido através da oralidade.

Descendentes de trabalhadores e trabalhadoras rurais, assumem uma identidade sem-terra a partir de suas próprias histórias de vida. A permanência na luta por terras; por uma política eficiente de reforma agrária e a necessidade de uma educação do/no campo concreta, que possibilite a construção do sujeito político, com responsabilidade social e representatividade cultural, indicam que a memória é a presença do passado compartilhado coletivamente.

Para Rousso (2006) ao fazer a história de manifestações, realiza-se uma pesquisa sobre a representação autóctone de fatos passados e de sua evolução cronológica, permitindo chegar mais perto da noção de memória coletiva. Nessa perspectiva, a análise das narrativas dos colaboradores da pesquisa permitiu a descrição das relações entre forças políticas, sociais, econômicas e culturais que representam a continuidade do tempo como trajetória para construção do presente e do futuro.

## **Memórias da formação da identidade sem-terra: educação do/no campo no Sul da Bahia**

7

As análises das narrativas proporcionaram um conhecimento mais apropriado sobre como a educação é um pilar importante na construção da luta por acesso a terras; da identidade sem-terra e das memórias coletivas do grupo. As narrativas fazem parte da pesquisa de doutorado intitulada “Memórias Bioculturais: a influência dos movimentos sociais na conservação da biodiversidade, etnodiversidade e agrodiversidade da Mata Atlântica, Bahia, Brasil”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEP-UESB).

Os colaboradores, duas mulheres e dois homens, participam de diferentes movimentos sociais; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e um grupo de pequenos agricultores organizados em associação, responsável pelo Assentamento de Reforma Agrária no qual residem. As entrevistas foram gravadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), suas transcrições permanecerão guardadas e estão à disposição dos participantes da pesquisa.

O ponto de partida das análises, foram as narrativas dos colaboradores sobre a importância da construção de um projeto de Educação do Campo

nas áreas de assentamento no Sul da Bahia. Tendo em vista que a educação proposta aos povos do campo imprime a negação de uma educação de qualidade sob a alegação de ser desnecessária e dispendiosa, a proposta desse artigo é apresentar que a partir do engajamento social e político que os movimentos já trabalham para seu empoderamento, é possível obter uma organização educacional contra hegemônica; que valida o conhecimento camponês e cria um projeto de humanização para seus participantes.

Um dos entrevistados nesta pesquisa é o Sr. Cedro, que é neto de agricultores e através do trabalho como técnico agropecuário teve a oportunidade de conhecer a realidade dos assentamentos de reforma agrária. Participante do MST, acredita que o movimento é o que melhor consegue mobilizar as lutas por acesso à terra e assim realizar a reforma agrária. Para ele, educação é a base do desenvolvimento e transformação da produção agrícola dos assentamentos e, portanto, a principal ferramenta na busca por uma melhor qualidade de vida através da autonomia econômica e emancipação de saberes. Um dos registros de suas falas demonstram isso com bastante veemência, como podemos perceber a seguir:

8

Uma das grandes coisas importantes que tem aqui na região hoje, que tem muitos assentamentos com agricultura orgânica atuando com a agroecologia [...] Lógico que essa não é uma discussão fácil, porque a tradição dos agricultores não é essa né, os assentados tem uma tradição que não é da agroecologia, esse é um processo de formação que tá sendo feito, por isso que se incentiva as escolas, os cursos, instalação dos cursos do PRONERA dentro dos assentamentos, pra você começar a introduzir isso na dinâmica inclusive na parte da educação pra que as pessoas se eduquem da importância da agroecologia. (Comunicação pessoal, entrevista concedida em 15 de setembro de 2019)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é um exemplo nacional da luta pelo direito à educação; desde sua fundação em 1998, promoveu ações que qualificaram a formação profissional de trabalhadoras e trabalhadores, melhorando suas vidas, reescrevendo seus territórios e mudando o campo para melhor. Seu principal objetivo é fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas às especificidades do campo, para contribuir com a promoção do desenvolvimento, resgatando e religando dois mundos historicamente

separados, quais sejam: o mundo escolar/acadêmico e o mundo rural (De Paula et al., 2015).

Na narrativa de Cedro estão explícitas suas preocupações com o bem-estar social dos assentados. Ele apresenta um exemplo de assentamento que a partir de um modelo de escola conseguiu formar uma nova base de agricultores, capazes de desenvolver uma nova perspectiva de produção, assim como, agir como produtores e mediadores do conhecimento tanto na questão agrícola, quanto na questão política. Assim ele diz:

O Terra Vista é um assentamento do MST, então a discussão de como os assentados participam desses cursos (*que são oferecidos nas escolas do assentamento – grifo nosso*) é uma discussão interna do MST, é um ponto de direcionamento político que o MST tem em relação a agroecologia. Aquela escola de formação que hoje existe dentro da Terra Vista, é um foco que o MST tirou nas regiões de ter as escolas modelos para desenvolver a agricultura a agroecologia, então no extremo sul tem uma escola desse formato, aqui no Sul tem, no Sudoeste tem, na chapada diamantina tem. Essa é uma política interna do MST em relação à implementação a um novo modelo de educação. (Comunicação pessoal, entrevista concedida em 15 de setembro de 2019)

9

Dentro do projeto de educação do MST, busca-se compreender como se forma a consciência organizativa e como se educam as pessoas para assumirem a condição de sujeitos de um determinado projeto de mudança ou de desenvolvimento social (Caldart, 2013). Segundo Mészáros (2007) o real significado de educação é “fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação”. Nessa perspectiva, as escolas modelos têm o papel fundamental de valorizar e promover o desenvolvimento social, político e cultural de seus educandos.

Outro colaborador ligado ao MST e que também entrevistamos é o senhor nomeado como Samuma. Este é filho e neto de pequenos agricultores, mas foi em São Paulo, enquanto adolescente, que teve seu primeiro contato com uma entidade de organização do movimento social de Luta pela Terra. Atualmente é membro da coordenação do assentamento no qual reside e vê a educação como base estrutural ao desenvolvimento, manutenção e popularização das ações do MST. Para ele:

Nós estamos tentando ir para além da cerca e nesse sentido nós, a primeira coisa foi a discussão “a terra tem que ser medida pelo trabalho” [...] Elegemos, são quatro prioridades que nós temos que eleger pra isso: primeiro é a conquista da terra; segundo a conquista da soberania alimentar, ou seja, da existência; terceiro a renda e quarto a educação, que aí é o maior problema, porque essa educação tem que ser para além do capital. Como nós dependemos do Estado, o Estado dá a educação da normalidade, a educação escravista, escravocrata, então também é um problema, então essas três premissas, essas quatro premissas aí são fundamentais para o sucesso dos sem-terra. Nós optamos por ter nossa própria escola, mais nós estamos com um problema gravíssimo, que a escola vem de fora pra dentro. (Comunicação pessoal, entrevista concedida em 5 de outubro de 2019)

O MST se coloca na contramão da hegemonia ao defender uma proposta educacional que envolve: a ampliação do número de escolas para atendimento dos acampamentos e assentamentos, a introdução do tema das lutas dos trabalhadores e sua importância nos conteúdos a serem desenvolvidos; bem como uma formação política para sua militância (Rodrigues, 2017).

10 ■ A escola que Samuma se refere como de fora para dentro, é a ida de educadores formados por instituições estaduais e federais (os de fora) para as escolas dos assentamentos (os de dentro). Mesmo profissionais formados em escolas técnicas dos assentamentos, têm dificuldade de incorporar métodos de ensino-aprendizado mais eficientes para a educação do campo, já que devem priorizar as diretrizes enviadas pelas secretarias do Estado. Ele ainda enfatiza:

As pessoas vem com a formação acadêmica do lado de fora, e como são urbanos, diz que a mente pensa onde seus pés é firme né, ou seja, quem é firme no urbano, sua mentalidade é urbanoide e não consegue ver essa questão do rural, e quando vê a questão do rural vê na ótica do latifúndio, do agronegócio, e não vê uma agricultura na base dos povos, e primeiro que nós somos extremamente colonizados, e todo tempo afirma a negação da negação, nós negamos a si mesmos [...] Muitos dos alunos que formaram nos cursos técnico voltaram, pra lecionar, tem poucos, mais muitos voltaram e estão dentro do processo, mas o problema é que a escola, essa escola, ela deforma as pessoas, a gente coloca o filho pra formar e ela deforma, porque como a visão é urbanoide, a concepção é do menino ir pra fora, educação exportadora, não é educação integradora, de reafirmar seu local, sua identidade, então não tem essa filosofia, é de negar os povos originários, é de

negar os povos africanos, então é sempre de negação né, e no contexto da escola, como já disse, é cartesiana, das caixinhas, então não é escola holística, que pensa o todo. (Comunicação pessoal, entrevista concedida em 5 de outubro de 2019)

As populações do campo são vítimas do processo de exclusão; reivindicam terra e também o reconhecimento da sua legitimidade como direito social. Martins (1993) afirma que os camponeses exigem a reformulação das relações sociais e a ampliação de seus direitos sociais, pois, mesmo com a expansão quantitativa da escola rural desde a década de 1920, a educação continuou precária, não conseguindo garantir escolaridade mínima fundamental ao homem do campo.

A Educação do Campo nasce através das experiências de luta pela reforma agrária, deve ser constituída a partir das referências dos trabalhadores rurais e organizada em uma proposta pedagógica que abarque seus sujeitos sociais, suas formas de resistência, seus saberes tradicionais e seu modo de vida (Suzart et al., 2012). Para tanto, o ambiente educativo deve combinar atividades com posturas e jeitos de ser da coletividade e das pessoas que a compõe (Caldart, 2013).

Militante pela associação de pequenos agricultores e agricultoras que representa o projeto de assentamento em que reside, a senhora denominada por Ipê-roxo acredita que a Educação do Campo deve nortear as ações de luta por terra e reforma agrária. Sua trajetória começou quando jovem e adquiriu novas identidades à medida que se desenvolveu dentro dos movimentos sociais. Assim ela afirma:

Comecei essa vida na minha cidade natal e não acabou mais nunca [...] ainda na adolescência, meu pai me botou no serviço militar mirim, que eu chamo de serviço militar mirim, que era aquela história de escoteiro e bandeirante. Aí é que eu fui ter contato com a realidade de periferia, essas coisas todas e aquilo me causava um transtorno, chegava no inverno eu não queria vestir roupa de frio pra sentir um pouco do que o povo tava sentindo, mas aí comecei no movimento estudantil, então fui fazendo toda essa caminhada. Ai na década de 1970 fui realmente pra questão do campo, da luta pela terra começando com a questão dos sindicatos né, dos trabalhadores rurais e militei um tempo na CPT, tipo assim, eu fui uma das fundadores da CPT daqui, de Itabuna, que Ilhéus, embora aqui fosse diocese de Ilhéus que antes era uma diocese só, depois separou. (Comunicação pessoal, entrevista concedida em 22 de setembro de 2019)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde sua fundação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e a violência contra o que se convencionou chamar de trabalhadores e trabalhadoras do campo (Comissão Pastoral da Terra, 2019). No Nordeste, os bispos e as dioceses foram particularmente atuantes na denúncia dos efeitos das prolongadas secas (sobre os trabalhadores rurais, sobre o pequeno proprietário, sobre o arrendatário) e da relação disso com a crescente emigração na região; e em 1981 as Igrejas Católica e Luterana lançam um manifesto a favor da reforma agrária “Terra de Deus, terra para todos” (Reis, 2012).

Sua participação na organização e fundação da CPT na microrregião Ilhéus-Itabuna, revela a empatia de Ipê-roxo pelas causas sociais e pelos movimentos de luta. Para ela, a necessidade de sentir o que seus semelhantes viviam pela ausência de recursos, foi o início de sua trajetória como militante. Suas ações junto a órgãos eclesiais de base, fomentaram a organização e desenvolvimento das ações de luta pelo acesso à terra e reforma agrária na região Sul da Bahia. Durante sua trajetória de lutas, a educação foi utilizada para conceber a identidade sem-terra dos acampados e assentados. Sobre isto ela afirma:

12

Nos acampamentos já era um trabalho preventivo, então você fazia todo o trabalho de educação ambiental, já pra quando eles irem pras fazendas eles irem com outra visão de preservação. Fazíamos isso porque quem tava acampado já tinha sua produção por ali e então a gente a fazia toda essa orientação toda essa discussão com quem fosse, com as mulheres e tal [...] Eu virei professora informal né, porque tipo assim, eu fazia educação ambiental né, na questão com as mulheres era a questão da reconstrução da identidade e autoestima, mas tudo na questão ambiental, na questão da organização, e na questão ambiental, então eu era professora e era um trabalho continuado, porque você trabalhava com aquelas pessoas anos, e as vezes tipo assim, sentava dois, três dias de cada vez, a cada quatro meses, então o processo de educação continuava mas não na sala de aula, quer dizer, tinha sala de aula porque tinha a formação com os grupos e depois tinha a observação deles no dia a dia né, e depois voltava a observação deles na sala de aula o que perceberam “coisa que eu não via - menino é” aquele negócio muito, muito gratificante. (Comunicação pessoal, entrevista concedida em 22 de setembro de 2019)

Para Silva et al. (2012) aos povos do campo é imposto um trabalho desprovido de reconhecimento social, mesmo que seu trabalho cotidiano tenha um valor, possua uma mística, uma relação com os modos de vida específicos da área rural; a educação escolar ofertada não considera, na maioria dos casos, o trabalho dos povos campesinos através de suas cosmovisões, mas, ao contrário, impõe uma cosmovisão urbanocêntrica<sup>3</sup> que inferioriza o trabalho campesino, reduzindo-o a um trabalho braçal desprovido de valor, de conhecimento e de validade social.

Menor ainda é o reconhecimento sobre a participação da mulher na reforma agrária brasileira. Mesmo com a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 189, determina que “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos independentemente do estado civil”, houve pouca persistência no que tange a implementação dos direitos das mulheres à terra (Deere, 2004). Mas esse fato não diminui a confiança do trabalho feminino em áreas de reforma agrária e sua participação nos conflitos por terra.

O trabalho das mulheres na articulação de ações para ocupação de terras, organização de acampamentos e estruturação de assentamentos, é essencial para os movimentos sociais alcançarem o sucesso. Nessa perspectiva, Jequitibá-Rosa narra sua história de vida e trajetória na luta por terras e reforma agrária:

Eu nasci em São Paulo. De São Paulo eu vim pra Camacã, morar lá, Camacã entrou numa situação que não dava mais pra continuar na cidade, que foi logo na entrada da vassoura de bruxa, a cidade parou, ai não tinha mais opção na questão de emprego, na época meu esposo tinha uma loja, mas não tinha mais movimento, ai surgiu a oportunidade dele vir trabalhar em Ilhéus e a gente veio embora pra cá. Nos anos 2000 eu recebi o convite de uma pessoa pra vim participar de um acampamento, e a partir daí começo a luta e a militância. (Comunicação pessoal, entrevista concedida em 10 de novembro de 2019)

A consciência crescente das mulheres sobre o reconhecimento de seus direitos a terra, fortaleceu suas habilidades em defender e perseguir seus interesses políticos e estratégicos. Seu compromisso com o empoderamento,

<sup>3</sup> O modelo urbanocêntrico foi utilizado para se referir à concepção de educação e modelo didático-pedagógico utilizado nas escolas da área rural, que tinham a mesma estrutura das escolas da cidade, ou seja, um modelo atrelado ao processo de urbanização (Silva, 2009).

com as lutas coletivas e formação política, promoveu o crescimento dos grupos de mulheres e de lideranças capazes de organizar modelos de desenvolvimento que contemplam a igualdade de gênero através da distribuição de atividades igualitárias, oferta de oportunidades e ocupação dos espaços políticos.

De acordo com Gomez Pereira et al. (2016), a participação das mulheres na agricultura tem se transformado e lhes assegurado através do empoderamento feminino lugar dentro dos espaços de disputa no campo, principalmente através da conquista de direitos sobre o acesso à terra, a educação, a cargos de liderança dentro de movimentos sociais e a recursos financeiros. No entanto, os autores também apresentam que a participação das mulheres na agricultura familiar ainda tem sido considerada como “ajuda”, revelando uma visão machista, uma vez que considera a atividade agrícola como sendo apenas de responsabilidade e obrigação masculina; transmitindo a ideia errônea e distorcida de que a mulher não faz parte da agricultura familiar, estimulando o ideal de patriarcado.

Jequitibá-Rosa é neta de agricultores, não teve envolvimento com as lutas por terra e reforma agrária antes de sua vinda para o Sul da Bahia, o que não a impediu de juntar-se as mobilizações sociais e ao assentamento que atualmente reside com sua família. Para ela, a educação oferecida dentro do assentamento proporciona oportunidade ao desenvolvimento social e político de cada indivíduo. Em sua narrativa Jequitibá-Rosa enfatiza:

Uma coisa importante que eu percebi quando cheguei aqui, era a situação da educação, que tinha muito dedão. O pessoal ao invés de assinar as atas, era o dedão colocado. E não tinha escola funcionando, tinha tido uma antes, mas acabou fechando, uma coisa assim, sem muita importância, então as crianças, os pais tinham muita dificuldade pra poder levar lá pra baixo, pro Banco da Vitória, onde tinha escola pra colocar as crianças pra estudar, as crianças ficavam muito na rua, com pipa, com gude, entendeu, e sem nenhum ensino. E outra situação, a situação dos assentados, que iam para as assembleias, a gente percebia aquela situação de, é, muito, as pessoas voando. Na hora da votação não tinha um conhecimento do que eles estavam votando ali, e eu perguntava “você sabe no que você votou?” - “ahh! Pra quê”. Era uma obrigação pra cumprir, de tá lá, de melar o dedo na esponja colocar na ata e pronto. (Comunicação pessoal, entrevista concedida em 10 de novembro de 2019)

As populações do campo querem o reconhecimento da sua presença sobre a terra; “querem a reformulação das relações sociais e a ampliação dos direitos sociais” (Martins, 1993). A educação reivindicada pelos povos do campo não é a educação propedêutica e enciclopedista, o camponês luta por uma educação que valorize sua cultura, seus saberes, suas crenças; sua luta é para que a diferença que caracteriza o campo não desvalorize seus processos de produção de conhecimento e suas formas de organização da ação educativa (Silva et al., 2012).

Durante a narrativa de Jequitibá-Rosa percebe-se que, o envolvimento da comunidade nas decisões sobre o funcionamento do assentamento não era unânime. Para os assentados, a participação em assembleias significava uma obrigação determinada, até então, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); que para eles representava o órgão fiscalizador. As assinaturas das atas, era o meio apenas para provar o planejamento, organização e execução de ações coletivas que objetivavam manter o desenvolvimento nas áreas, mantendo-as produtivas pelas famílias assentadas.

A educação é elemento central para a construção de uma cultura aliçada nos ideais e valores da democracia, da inclusão social e da formação de sujeitos de direitos; os processos educativos desenvolvidos pelos movimentos sociais estão situados, em sua grande maioria, no âmbito da educação não formal (Pereira, 2015). A organização de uma escola com classes multiseriadas permite a troca de experiências, a valorização de saberes e a problematização das contradições acerca do processo educativo.

Para Jequitibá-Rosa a escola dentro do assentamento promoveu a alfabetização de crianças, jovens e adultos, e contribuiu para a transformação de um movimento social que visava conquistar direitos sociais, para uma organização política; mas, que também se estruturou para contribuir na ressignificação da sociedade local e na valorização de seus anseios. Sua proposta teve apoio municipal e cumpriu a meta de analfabetismo zero dentro do assentamento. Assim ela relata:

Em 2004 eu falei não, aqui tem que ter escola, aí fui lá pra baixo (*pra prefeitura – grifo nosso*), mesmo não sendo da direção, porque não é preciso você estar na direção pra poder fazer algo, entendeu, eu acho que quando você tá na luta o compromisso é de todos e aí peguei uma pessoa que já tinha mais tempo na comunidade, fui pra prefeitura pra solicitar a questão de ter um professor, da

escola funcionar e aí a prefeitura atendeu o pedido, entendeu, então passou ter e era uma das coisas que eu exigi foi pra que fosse professor da comunidade, pra que a prefeitura pudesse contratar os daqui pra dar aula aqui, porque eu achei que pudesse ser um incentivo e eles passaram a dar credibilidade também. Aí foi colocado, a prefeitura exigiu que eu apresentasse a lista de alunos, então a gente saiu por aí colocando, e pra que pudesse ter uma credibilidade maior, eu falei não, vou colocar meus filhos também, né. Foi assim até tive muita crítica assim, da questão da família, “como é que você vai colocar seus filhos numa sala multi-seriadas, pra retardar o aprendizado deles, não vai dar certo”, eu falei não, eles vão estudar lá e coloquei, os meus filhos já estão matriculados aqui, já coloquei o nome deles, coloca o seu também, vem, não sei o que, e a gente conseguiu montar a turma, pegamos as pessoas do assentamento, do fundo, da beira do rio, e a gente colocou, a escola funcionou, e aí depois como era situação de alfabetização a gente conseguiu fazer umas turmas do alfabetiza Brasil, e a gente conseguiu montar 9 turmas, todos com professores do próprio assentamento. Aí 9 turmas de alfabetização pros adultos, que era pra sair da questão do dedão, o pessoal passar a assinar. E aí essas 9 turmas aconteceram, foi feito, o pessoal aprendeu, hoje a gente não tem ninguém mais dentro da comunidade que coloca o dedão, entendeu. Todos foram alfabetizados, muitos seguiram ainda, estão seguindo. (Comunicação pessoal, entrevista concedida em 10 de novembro de 2019)

16

A organização e funcionamento das instituições formais e não formais de ensino nos assentamentos, geralmente proporcionam a formação política e social de crianças, jovens e adultos, pois estabelece uma ligação concreta entre a educação e a luta por terras e reforma agrária. Sem esse processo educativo, as mobilizações sociais passam a ser marginalizadas devido à falta de uma argumentação sólida acerca do que é a luta pelo acesso à terra, para quem ela é feita, por quem essa luta deve ser realizada e quais os objetivos de mantê-la ativa e permanente.

Potencializar o movimento pedagógico significou aproveitar melhor os acontecimentos para o crescimento da coletividade, entendendo que os conflitos e contradições são o motor, e não os obstáculos, ao processo formativo (Caldart, 2013). Logo, o processo de construção de um ambiente educativo não pode realizar-se sem uma análise coletiva; a responsabilidade de cada sujeito surge através do debate e garante que o processo contribua na organização política e cultural dos assentados (ou camponeses).

A memória contribuiu como forma de conhecimento e como experiência, é a base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas que relacionam tradições, gerações e conhecimentos (Delgado, 2017). As memórias são seletivas e atributos de uma atividade natural, sendo um importante veículo de poder de sentido transitório capazes de transmitir relações e representações coletivas ao longo do tempo e do espaço.

O uso das memórias na construção de um processo pedagógico diferente do oferecido em contexto urbano, permite que os saberes e as tradições camponesas sejam transmitidos, os acontecimentos passados sejam revitalizados e os projetos futuros construídos. Nessa perspectiva, o uso das memórias pelo coletivo favorece a união desse grupo através de sua ideologia; a transmissão de conhecimentos fortalece a luta por terras e a imagem de uma sociedade despida de pré-conceitos, nutre realizações futuras.

Os integrantes dos movimentos de luta por terra e reforma agrária experimentam a vida em coletividade, pois a partilha atinge o trabalho e a vida social, os processos de repetição desaparecem com o tempo, e os espaços passam a ser ocupados por práticas sociais, narrativas e pela construção permanente da sua identidade (Zacchi, 2016). Portanto, para Erll (2012) memórias são forças integradoras, que permitem entender as relações entre tradição e hegemonia; monumentos e consciência histórica, conexões familiares e conexões neurais.

No Sul da Bahia, com base nos relatos obtidos com os (as) campesinos (as) aqui entrevistados (as), foi possível perceber que, apesar dos diversos ataques do poder hegemônico, estes grupos resistem principalmente por estarem organizados de maneira coletiva, que lhes propiciam a transferência de saberes por meio de diversas práticas educacionais, socioambientais, comércio justo e a venda direta de seus produtos.

## **Considerações finais**

Memórias, principais fontes de depoimentos orais, narram elementos capazes de reconstituir épocas, acontecimentos e processos que tiveram importância para a vida de comunidades, instituições e movimentos sociais. Elas não se resumem apenas a vida de um indivíduo, mas a uma construção coletiva; representam um fenômeno de construção, sempre em evolução, mas suscetíveis a revitalizações.

Ao longo do trabalho, reunimos uma coletânea de memórias sobre a Luta por Terras na microrregião Ilhéus – Itabuna. Consideramos nas análises a importância da educação na organização destes movimentos sociais; a necessidade de estabelecer uma educação de qualidade que atenda as demandas dos movimentos sociais e que possibilite a construção de um projeto futuro para todos/todas seus integrantes.

Conhecer a realidade na qual estes movimentos se organizaram pela perspectiva de seus integrantes, representa a ruptura de um paradigma criado pela marginalização destes pela sociedade urbanocêntrica. Iniciativas como o PRONERA surgiram para tentar mitigar a ineficiência da educação oferecida aos residentes do campo, aproximando-os das classes acadêmicas mediante a disponibilidade de cursos técnicos e superior que surgiram através de convênios entre Instituições de Ensino Superior, Governo Federal e Movimentos Sociais.

Nesse contexto, espaços criados com a finalidade de servir como canal de comercialização e de aproximação entre agricultores e consumidores, puderam ser utilizados também para a troca de saberes e no processo de construção de uma educação popular. Em Ilhéus, desde 2014, a feira agroecológica da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), além de canal para comercialização de produtos ecológicos e orgânicos, tem proporcionado aos consumidores esclarecer dúvidas junto aos agricultores sobre alimento saudável, qualidade de vida e a relação entre trabalho na terra e empoderamento camponês (Gomez Pereira, et al., 2016).

Afinal, a terra é para quem produz e o acesso a mesma deveria ser prioritariamente para os (as) camponeses (as). Desse modo, é necessário que os governos criem políticas públicas mais eficientes e igualitárias, fazendo-as cumprir-se, de modo que a população camponesa, de agricultores (as) familiares e de pequenos (as) agricultores (as), sejam contemplados (as) com recursos capazes de lhes proporcionar independência ao longo de ciclos de produção. No caso principalmente da microrregião Ilhéus – Itabuna, o cacau tem sido revitalizado dentro das áreas de Sistema Agroflorestal Cacau-Cabruca (SAFCC) em assentamentos da reforma agrária e em comunidades camponesas.

Com o estímulo a produção cacauzeira sob a ótica do cacau de qualidade ou fino, vê-se a multiplicação de cursos de capacitação nas áreas de produção do cacau e do chocolate em Instituições de Ensino Superior, no entanto, ainda pouco acessíveis as populações camponesas, que por sua vez, assistidas

por uma assistência técnica muitas vezes precária, conseguem desenvolver produtos de qualidade agregando valor aos produtos da lavoura.

O trabalho coletivo de homens e mulheres do campo, ainda sugere diferenças entre a importância de cada gênero no desenvolvimento e na participação das atividades de campo, no entanto, a mulher do campo vem ocupando lugar de destaque no que concerne a produção sustentável, ecológica e orgânica dentro da agricultura familiar e de pequena escala. As mulheres no campo consolidam saberes, trocam experiências e utilizam o espaço individual e coletivo na educação de seus descendentes como forma de preservar suas identidades.

Portanto, as memórias sobre a construção dos movimentos sociais na região Sul da Bahia, microrregião Ilhéus-Itabuna compreendem que a educação deve ser o motor dos movimentos sociais e de Luta por Terra, isso porque é a partir dela que se constrói um projeto de nação soberana, se edificam perspectivas para o futuro e se desenvolvem sujeitos capazes de transformar a realidade de um país.

## Referências

- Caldart, R. S. (2013). *Escola em movimento no Instituto Josué de Castro* (1ª ed). Expressão Popular.
- Candau, J. (2016). *Memória e Identidade* (M. L. Ferreira, Trad.). Contexto. (Trabalho original publicado em 1998).
- Comissão Pastoral da Terra. (2019). *Conflitos no Campo: Brasil 2018*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018>
- Cullen J. L., Alger, K., & Rambaldi, D. (2005). Reforma agrária e conservação da biodiversidade no Brasil nos anos 90: conflitos e articulações de interesse. *Megadiversidade*, 1(1), 198-207. [https://prezi.com/eroynb\\_td5ty/reforma-agraria-e-conservacao-da-biodiversidade-no-brasil-nos-anos-90-conflitos-e-articulacoes-de-interesses-comuns/](https://prezi.com/eroynb_td5ty/reforma-agraria-e-conservacao-da-biodiversidade-no-brasil-nos-anos-90-conflitos-e-articulacoes-de-interesses-comuns/)
- Dalmagro, S. L. (2016). Movimentos sociais e educação: uma relação fecunda. *Trabalho Necessário*, 14(25), 69-89. <https://doi.org/10.22409/tn.14i25.p9622>
- Deer, C. D. (2004). Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 175-204. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>.

- Delgado, L. A. N. (2017). *História oral: memória, tempo, identidade* (2ª ed.). Editora Autentica.
- De Paula, R. P., Fernandes B. M., Girardi E. P., & Messias, R. C. (2015). Educação e direitos humanos: a participação do PRONERA na construção da Educação do Campo. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 3(2), 15-41. <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/283>
- Erll, A. (2012). *Memoria colectiva y cultura del recuerdo*. Uniandes.
- Gomez Pereira, M., Rocha Melo de Lucena, E. A., De Souza Mandarino, A. C., & Gomberg, E. (2016). Empoderamento da mulher através de feiras agroecológicas na cidade de Ilhéus, Bahia/Brasil. *Fórum Sociológico*, 29, 65-73. <https://doi.org/10.4000/sociologico.1505>
- Martins, J. S. (1993). *A chegada do estranho*. Hucitec Editora.
- Mészáros, I. (2007). *A educação para além do capital*. Boitempo Editorial.
- Pereira, A. C. R. (2015). Os novos movimentos sociais e a educação em direitos humanos nas ações e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista Entreideias*, 4(1), 90-105. <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v4i2.8145>
- Pereira, T. H., & Flexor, M. H. O. (2010, maio 25 a 27). A memória como sujeito e objeto do conhecimento. Em *VI ENECULT – Encontro de estudos multidisciplinares em cultura* [apresentação], Salvador, Bahia, Brasil. <http://www.vienecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload/24940.pdf>
- Reis, R. R. (2012). O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. *Lua Nova*, 86, 89-122. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000200004>
- Ribeiro, A. L. R. (2005). *Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial da região cacauzeira (1880-1950)*. Editus.
- Rodrigues, F. C. (2017). Educação e luta pela terra no Brasil: a formação política no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. *Educação & Sociedade*, 38(138), 27-44. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017165251>
- Rouso, H. (2006). A memória não é mais o que era. Em M. de Moraes Ferreira, & J. Amado (Eds.), *Usos e abusos da história oral* (8ª ed.) (pp. 93-102). FGV.
- Santos, M. (1957). *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico* (2ª ed.). Editora Nacional.
- Silva (2009). *As práticas pedagógicas das escolas do campo: a escola na vida e a vida como escola* [Tese Doutorado em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife]. Repositório Digital da UFPE.

- Silva, J. F., Torres, D. X., & Lemos, G. T. (2012). Educação do campo: a luta dos movimentos sociais campesinos por uma educação escolar específica e diferenciada. *Revista Pedagógica*, 14(28), Artigo 15. <https://doi.org/10.22196/rp.v14i28.1373>
- Suzart, E. M. L., Silva, J. D. S., & Silva, S. B. S. (2012, setembro 20 a 22). Movimentos sociais do campo em defesa da educação do campo. Em *VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade* [apresentação], São Cristóvão, Sergipe, Brasil. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/10117>
- Thomson, A., Frish, M., & Hamilton, P. (2016). Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. Em M. de Moraes Ferreira, & J. Amado (Eds.), *Usos e abusos da história oral* (8ª ed.) (pp. 65-92). FGV.
- Zacchi, V. J. (2016). *A enxada e a caneta: linguagem e cultura na construção da identidade sem-terra*. Humanitas.

